



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

BRASÍLIA, DF, 1º DE JULHO DE 1995

Hoje me permitam começar esta breve reflexão dirigindo-me aos que estão me vendo de longe, aos que estão me ouvindo, à Nação brasileira, ao povo do Brasil.

Saúdo, em primeiro lugar, o povo do Brasil.

Aos que me deram a honra da companhia nesta mesa, meus agradecimentos.

Aos Senhores e Senhoras que aqui estão, Ministros, Parlamentares, altos funcionários, trabalhadores, donas-de-casa, meus cumprimentos.

Eu não posso negar a emoção. Recordava-me há pouco de que, no dia 1º de julho do ano passado, enquanto o Presidente Itamar Franco lançava oficialmente a nova moeda aqui em Brasília junto com o Ministro Ricupero, eu estava com o então candidato Eduardo Azeredo em Poços de Caldas.

Quando fomos à agência do Banco do Brasil, esse mesmo banco onde hoje estamos e que sempre nos acolheu tão generosamente, a primeira surpresa grata que tive foi que, ao me dirigir à tesouraria para trocar as moedas, todos que ali estavam aplaudiam. Não aplaudiam o candidato – certamente ali havia pessoas que teriam outras preferências

eleitorais –, mas aplaudiam, mais do que a mim, àquilo que tão bem o Pedro Malan observou e foi reafirmado pelo Mário Covas: a volta à confiança. Cada um aplaudia a si próprio.

Hoje, escutei aqui as palavras que foram proferidas de uma maneira que mostra a maturidade do Brasil, palavras que vieram da dona-de-casa que eu vi, conheci em outras lutas, e basta ouvi-la para perceber a têmpera que vem de dentro do seu coração; palavras que mostram que o consumidor brasileiro hoje exige – ela não está aqui para aplaudir: está aqui para reconhecer o que foi feito com o seu apoio, mas também para alertar; palavras que não vêm só da vontade de celebrar, mas que vêm embasadas na análise, que citam números, que mostram onde ganhamos e onde perdemos, que dão o balanço e dizem o essencial: que é preciso que o consumidor exija mais, não aceite simplesmente.

E, ao ouvir, em seguida, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, da minha cidade, o maior sindicato da América latina, eu pensava: mas, meu Deus, que reparo tenho eu a fazer? E aí lhe disse, ao abraçá-lo, que o subscreveria. Subscreveria porque está havendo aquilo que o Bolívar Lamounier mencionou: uma convergência – não porque estivéssemos, de antemão, de acordo, pois, como ele mesmo recordou, estivemos em desacordo. No conteúdo, expressa um ponto de vista que hoje vai além do ponto de vista de uma categoria. Fala pela Nação e pede um projeto nacional, não é apenas uma reivindicação parcial e muito menos corporativa. Além disso tem o elemento novo, que é o elemento de dizer: “Errei. Erramos.”

O Presidente da República já errou tantas vezes na vida e nunca teve nenhum receio de dizer “errei”; nem terei, jamais, receio de dizer que errei e nem de corrigir o erro, se apontado.

A humildade a que se referiu o Malan não é só o modo de comportamento psicológico. Tem que ser mais do que isso, tem que ser uma convicção de conduta, e até intelectual. Quando nós erramos, a melhor coisa a fazer é corrigir o erro.

Ao ouvir o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pensei em outras épocas e me recordei do Edmilson, o “Alemão”, que aí está. Em 1978/1979, lutava-se pela condição de o trabalhador poder

falar como ele hoje fala, com dignidade e altivez. Lutava-se não para que os trabalhadores estivessem sempre atrelados a proteções fictícias de legislações que já não fazem mais sentido, senão para jogar fora o que é obsoleto. E alguns entenderam isso e jogaram fora o obsoleto. São a vanguarda e por isso estão aqui. São a vanguarda, e a força sindical aí está.

Faço, neste momento, um apelo àqueles com quem o “Alemão” e eu convivemos em outras épocas. Por que ficar atados a um passado? Por que tomar bandeiras caducas que outros já tinham empunhado e agora, de repente, querem empunhá-las? Meu Deus, vamos juntos com o Brasil, esse Brasil novo que aqui se afirma, esse Brasil que na verdade precisa somar.

Eu me emocionei ao ouvir o Embaixador Ricupero. Fiz questão de sua presença aqui, pois ele é parte da história do Real. Essa, no fundo, é uma história simples, mas é uma história que não é apenas de um punhado de pessoas. O Governador Mário Covas, com esse talento e essa força telúrica que tem, expressou com muita clareza que esse punhado de pessoas era necessário. Mas essa história vai além desse punhado de pessoas. É a história de um país que hoje comemora um ano de uma estabilidade – ainda não completa, mas o caminho da estabilização. Ontem, uma pessoa amiga minha ainda referia que é a primeira vez que no Brasil nós podemos comemorar um ano de um plano.

Essa é a história da retomada da confiança do brasileiro nele próprio. E, nessa retomada, se teve, num momento – e isso foi indispensável –, o apoio de um grupo, pequeno, de gente que tem conhecimentos. Essa retomada pôde se expandir, pelas razões ditas pelo Governador Mário Covas – e eu voltarei a elas –, pela determinação política e pela maturidade da sociedade.

O País que aqui está hoje é outro país. Não por causa do Real, é ao contrário: o Real foi possível porque o País já era outro. E nós não havíamos percebido, ou muitos de nós não havíamos percebido. Bastou perceber. Aí, sim, na chamada “pequena história”, quando se vai saber “quem fez o quê”, eu tenho que agradecer também a pessoas.

Começo por agradecer ao Presidente Itamar Franco, que realmente intuiu – eu não sei de que maneira, sinceramente, mas intuiu – que

dava para fazer alguma coisa. Ele intuiu que havia que confiar. E confiou, até eu diria – é uma palavra forte – cegamente. Ele confiou cegamente em mim. E reiterou essa confiança. Não vou dar detalhes, no momento oportuno a história os registrará.

E houve também outros que confiaram. No dia em que fui nomeado Ministro da Fazenda, eu estava lá nos Estados Unidos ainda. Voltei atormentado, com o meu então Chefe de Gabinete do Itamaraty, Embaixador Sinésio, e já vinha pensando como fazer isso. Já havia falado com o Malan nos Estados Unidos. E, ao chegarmos aqui, com o Sérgio Motta, o Serra, o Malan começamos a pensar: “Como é que vamos compor uma equipe?” Ou o Brasil pensa que havia gente ávida para ser imolada no Ministério da Fazenda? Como convencer alguém de deixar o seu domicílio, que muitas vezes não é em Brasília; seus afazeres, cuja remuneração às vezes é razoável, e vir para cá, para tentar fazer alguma coisa, sem ter nenhuma garantia de nada? Mas de nada mesmo. Naquele tempo se dizia: “Não há condições políticas.”

E, a despeito disso – me perdoem se falho em algum nome –, mas junto com o Pedro Malan, junto com os amigos já mencionados, vieram alguns, veio o Winston Fritsch, veio o Bacha – que não tinha o cabelo tão branco ainda – veio o Gustavo Franco, que eu nem conhecia. Mais adiante, foi possível convencer o André Lara, que, no mesmo dia em que o Pedro assumiu o Ministério da Fazenda, assumiu a negociação da dívida, na mesma noite em que o Serra apareceu lá em casa, tarde da noite. E fizemos uma espécie de emboscada, para que eles topassem. Mal disseram “sim”, telefonei para o Presidente Itamar Franco – foi a única vez que eu o acordei, se não o acordei, que o chamei às 11h30 da noite – para dizer: “Presidente, aqui está o novo Presidente do Banco Central e o novo negociador da dívida.” Tal o pavor que eu tinha de que não aceitassem no dia seguinte. E depois foi o Pêrsio Arida.

Essas foram as pessoas que inicialmente produziram idéias. E nós tivemos apoio no Congresso. Vamos ser claros. O Governador Mário Covas, mesmo quando – como eu – não entendia muito bem que o caminho era aquele mesmo, defendia-o na tribuna. Fora da tribuna

também. E não foi o único. O hoje Ministro José Serra, no Plano de Ação Imediata, embora ele fosse Deputado e não Ministro, participou. E o Clóvis de Barros Carvalho, sem o qual não haveria Real nenhum, que foi quem coordenou tudo, tudo mesmo. Como ele ganhava pouco como Vice-Presidente da Villares, topou ser funcionário público. E aqueles que sempre estiveram comigo, como o Eduardo Jorge, que é o maior rábula do país. “Rábula” quer dizer advogado sem ser diplomado – para que não se iludam, não se enganem.

Enfim, é verdade que há pessoas; não se faz nada sem pessoas. Mas o grande personagem da mudança foi realmente o povo brasileiro. Foi por isso que, quando eu me recordei de Poços de Caldas, me emocionei, como me emocionei durante toda a campanha eleitoral. E, quando toda a gente dizia que era um tremendo sacrifício andar pelo Brasil, para mim foi extremamente gratificante. Não sabia se ia ganhar ou perder. Não era isso. Era ver que começava a crença, de novo, na moeda. E disse o Ministro Ricupero com muita propriedade, aqui: “A moeda é realmente o símbolo da soberania.”

Não são algumas visões atrasadas, fixadas em processos históricos, o querer projetar para a frente uma história que já não pode caminhar o que assegura a soberania. O que assegura a soberania é realmente a capacidade de decisão, e a capacidade de decisão sem moeda forte não existe. Nós vamos, todos, engolfados no dia-a-dia, sem saber o que fazer e como fazer, e terminamos sendo dirigidos pelas forças que uns chamaram ocultas, mas que não são ocultas, são presentes, da desordem nacional. A moeda forte é símbolo da reorganização nacional. É símbolo da crença do País nele próprio. Isso creio que nós conseguimos pouco a pouco. E disse bem, repito, o Governador Mário Covas: “isso só se consegue com o convencimento.”

O Real, nesse sentido, não é apenas a equipe técnica, sem a qual ele não existiria, não só os ministros, sem os quais não existiria. Refiro-me, também, ao Ministro Ciro Gomes, que fez parte desse processo e que, no momento difícil da implantação do Real, aceitou a tarefa. E todos os ministros que estiveram à frente desse processo inicial tiveram a mesma conduta: dizer ao País do que se tratava.

Essa é a rota, não é só do Real, a rota que vai permitir que, amanhã – e esse amanhã vai levar tempo, infelizmente, como descreveu aqui o Governador Mário Covas –, seja realidade a junção do Real com o País real.

É preciso dizer a verdade passo a passo. Não adianta prometer o que não se cumpre. Não adianta dizer que vamos ter dinheiro para tudo e que tudo vai ser uma maravilha, porque não vai. Mas isso não pode servir de pretexto para não começar a ter uma modificação séria, de tal maneira que o social deixe de ser discurso para ser prática quotidiana e seja controlado pela sociedade.

Agora nós já começamos a ter um rumo mais firme na economia, e as medidas são tomadas com amplo debate, com amplas críticas, são tomadas com correções até no mesmo dia. E, muitas vezes, as pessoas tomam a correção como se fosse a desordem. Desordem é não corrigir, desordem é botar debaixo do tapete um erro. Quando se vê um erro, que se corrija, e quanto mais depressa melhor. E não há por que esconder o havido.

Pois bem, com todas as novas mudanças que estamos introduzindo, o País já vem preparado para elas; vem preparado e as vai aceitando, porque não são impostas de cima para baixo, ao contrário do que alguns de má-fé dizem. Essas mudanças são a tentativa de expressar aquilo que se vê que o País já quer, já necessita, já deseja, e nós é que ainda estamos atrasados em fazer com que essas transformações possam ter vigência.

Vamos, sim, enfrentar os desafios que o Ministro Malan colocou aqui, com muita tranquilidade, no mesmo rumo, na mesma rota, com o mesmo estilo. Esse estilo não é meu, não é dos ministros, não é dos senhores: é nosso, é do Brasil. O Brasil cansou da demagogia, o Brasil cansou da gritaria, o Brasil cansou da corrupção, o Brasil cansou do embuste, o Brasil cansou de querer separar uns de outros, de divisões que não têm sentido. O Brasil quer outra coisa hoje: quer tranquilidade para poder discernir e, uma vez definido o objetivo, convergir.

É nesse espírito que nós vamos levar adiante o Real, não só no sentido da estabilização, mas no sentido dessa transformação para uma realidade nova. Vai ser difícil. E é fato. Quantas vezes tenho repetido que, se as coisas fossem fáceis, não valeriam a pena. Mas também é preciso

dizer com tranqüilidade que não é tão difícil assim. E nós temos muitos recursos no Brasil, temos muita capacidade já instalada. Já temos capacidade de discernir, de optar, de escolher.

E aqui devo fazer um agradecimento, que não é meu, asseguro que é do povo todo. O Congresso Nacional tem agido com a maior responsabilidade, com a maior competência. Tem feito o que muitos não acreditavam que fosse capaz de fazer: tem decidido. Que importa se a decisão é a favor ou contra o que o Governo quer; o que importa é que seja bem feita, que seja uma decisão que atenda ao País. Na medida em que o Governo atende ao País – e tenho convicção de que estou fazendo isso –, o Congresso atende ao País, e, nesse sentido, votamos juntos, estamos juntos. Mas o importante é que o Congresso existe, funciona, atua e assume responsabilidades. Isso também é um sinal do novo Brasil.

E aquilo que está escrito na Constituição, que os poderes devem ser soberanos mas harmônicos, nós estamos cumprindo. Hoje, o relacionamento entre Executivo, Legislativo e Judiciário é absolutamente harmônico. Harmônico não quer dizer submisso; harmônico não quer dizer que um deseja e o outro cumpre; harmônico quer dizer que é preciso, respeitando a independência dos poderes, buscar fórmulas que viabilizem os passos de que o País necessita.

Por isso tudo eu estou muito confiante. Estou muito confiante porque a sociedade já fez opção de aonde quer chegar. Ela sabe o que deseja, e ela sabe, sobretudo, que não quer mais saber de injustiça social, de privilégios. E que ninguém se engane a esse respeito. Os dados de crescimento econômico podem ser os melhores, e serão bons, mas, se junto a eles não vier também um sinal claro de que não são os melhores para aqueles que sempre tiveram o melhor, não teremos o apoio da sociedade.

A sociedade só nos apóia enquanto sente – e ela está sentindo – que o rumo não é só o do crescimento, o rumo também é o da justiça. E isso que são sinais sensíveis por todos os lados começa a se concretizar em instituições, em mecanismos de obrigar a que seja assim. Aí já não será a virtude de um homem, de um estadista, de um líder, de um ministro: será a própria sociedade que tem instituições para garantir que a sua justiça avance.

Não tenho dúvida de que é o que está acontecendo no Brasil. Nós estamos reconstruindo o Brasil. A mudança do Estado já está ocorrendo. É certo que vamos enviar mensagens ao Congresso pedindo reformas aqui e ali, e nunca serão reformas contra, muito menos contra o aposentado ou contra o funcionário; serão a favor. Mas não basta isso, é todo um processo, é todo um modo de mudar o relacionamento entre as partes. E isso eu sinto em todos os lados. Sinto que, hoje, os governadores, dos vários partidos, que aí estão e foram eleitos, têm uma preocupação genuína com essa modernização.

Quando vejo o Governador Mário Covas, o Governador do meu Estado, meu amigo, expressando aqui com tanta força esse sinal de que o Brasil quer mais do que só o Real, quer uma realidade melhor, sei que ele falou por todos. Não que tivesse delegação, não precisa, isso é automático. Quando se fala com a força com que o Mário falou, fala-se por todos no que diz respeito ao desejo do Brasil. No que diz respeito à relação de amizade comigo, aí falou por ele – e com a generosidade de sempre –, mas, quando colocou os anseios do Brasil, falou por todos os governadores que aqui estão e acabam de aplaudir, pois sentem e sabem disso.

Essa força nova no Brasil, que está no sindicato, que está na Igreja, que está na imprensa – cujo papel, sempre convém reafirmar, continua sendo decisivo, e nós que estamos no Governo sabemos o quanto às vezes pode magoar ou irritar, mas isso não pode mover a nossa compreensão da imprensa, que tem tido um papel destacado até mesmo em colocar o dedo nas feridas da pobreza, da miséria, da injustiça, da corrupção –, que está, hoje, nos partidos do Congresso, no funcionalismo, está na rua, está na dona-de-casa, está na feira, está em toda parte, essa é a nossa força.

E vou concluir dizendo que, embora não sendo dos que acreditam, como vários aqui disseram, em milagres na área econômica, que não acreditam em fórmulas que sejam fáceis, sendo, como sou, profundamente democrata, acreditando, como acredito, na discussão, no convencimento, na negociação clara, eu acho que nós temos forças suficientes para enfrentar os novos momentos, os novos desafios do Real.

Com essa força que a sociedade brasileira já demonstrou, nós vamos caminhar firme, no sentido de recuperar, também na área social, a

crença do brasileiro em si próprio; na cultura, à qual temos que dar impulso, e estamos dando; na educação, na saúde, no saneamento. Isso são processos longos. E o Governo não quer enganar ninguém, está apenas construindo os mecanismos e criando, através do Programa Comunidade Solidária, os mecanismos, que não são mecanismos burocráticos, para fazer com que haja uma destinação mais efetiva dos escassos recursos disponíveis.

Com esse esforço, com esse empenho e sentindo essa união hoje – e, aqui, aprez-mê dizer, vejo vários oficiais superiores das nossas Forças Armadas e a eles agradeço a compreensão que estão tendo, e tiveram, desse novo momento do Brasil –, com essa convergência tão grande que há no Brasil, nós não podemos falhar.

Pode ser que o Presidente não tenha forças, ele sozinho, para tudo que está sendo proposto daqui para a frente. Mas o cidadão Fernando Henrique, que vem da Universidade, que disso se orgulha, que lutou muito na vida política, que conhece as realidades deste país, sabe que não está sozinho. Sabe que conta, e conta mesmo, com muita gente, muita gente. E que essa “muita gente” está espalhada em vários partidos, está espalhada em várias atividades, está dispersa pelo Brasil todo. E que essa “muita gente” vai ajudá-lo, a ele, Presidente, porque vai se ajudar a si própria, vai cobrar, vai exigir. Mas vai, nos momentos necessários, ajudar também a discernir e a apoiar tudo que for bom, para garantir a continuidade do processo de estabilização econômica e, sobretudo, para garantir que essa sociedade possa, efetivamente, vir a ser uma sociedade mais justa.

Eu apelo a todos para que se unam, nessa direção – como disse o Ministro Malan –, não ao Governo, mas ao País. Faça um apelo especial aos mais renitentes, àqueles que ainda não viram que o rumo está dado, e que ele é bom, que não tentem jogar pedras inúteis no caminho, muito menos lançá-las contra quem quer que seja, porque caem nas próprias cabeças. E que se juntem também, para que nós possamos, efetivamente, continuar nessa caminhada de consolidação, não de uma moeda, mas de um povo. Esse povo é grande e forte, ele vai vencer.

Muito obrigado.